01 - Dados da Empresa

01.01 - Identificação

Código CVM	01732-9
Denominação Social	TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ	02.474.103/0001-19
NIRE	42300024384

01.02 - Sede

Endereço Completo	RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366		
Bairro ou Distrito	CENTRO	**CEP**	88015-110
Município	FLORIANÓPOLIS	**UF**	SC
Telefone	(048) 221-7016	**Fax**	(048) 221-7015
Telefone		**Fax**	
Telefone		**Fax**	
Telex		**E-mail da Cia.**	mantuano@tractebelenergia.com.br

01.03 - Diretor de Relações com Investidores (Endereço para Correspondência com a Companhia)

Nome do Diretor	MARC JACQUES ZELIE VERSTRAETE		
Endereço para Correspondência	RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366		
Bairro ou Distrito	CENTRO	**CEP**	88015-110
Município	FLORIANÓPOLIS	**UF**	SC
Telefone	(048) 221-7060	**Fax**	(048) 221-7002
Telefone		**Fax**	
Telefone		**Fax**	
Telex		**E-mail do Diretor**	marc@tractebelenergia.com.br

01.04 - Referência / Auditor

Exercício Social em Curso		Trimestre Atual			Trimestre Anterior		
Início	**Término**	**Número**	**Início**	**Término**	**Número**	**Início**	**Término**
01/01/2003	31/12/2003	1	01/01/2003	31/03/2003	4	01/10/2002	31/12/2002

Auditor

Nome/Razão Social	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES
Código CVM	00385-9
Responsável técnico	
Nome	CELSO DE ALMEIDA MORAES
CPF	680.686.898-34

01.05 - Composição do Capital Social

Nº de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2003	Trimestre Anterior 31/12/2002	Igual Trimestre Ex. Anterior 31/03/2002
Do Capital Integralizado			
Ordinárias	464.052.075	464.052.075	464.052.075
Preferenciais	188.690.118	188.690.118	188.690.118
Total	652.742.193	652.742.193	652.742.193
Em Tesouraria			
Ordinárias	0	0	0
Preferenciais	0	0	0
Total	0	0	0

01.06 - Características da Empresa

Tipo de Empresa	Industrial, comercial e outras
Tipo de Situação	Operacional

Natureza do Controle Acionário	Privada Nacional
Código Atividade	1990200 - Energia Elétrica
Atividade Principal	Geração e Comercialização de Energia Elétrica
Tipo de Consolidado	Total
Tipo do Relatório dos Auditores	Sem Ressalva

01.07 - Sociedades Não Incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Item	CNPJ	Denominação Social

01.08 - Proventos em Dinheiro Deliberados e/ou Pagos Durante e Após o Trimestre

Item	Evento	Aprovação	Provento	Início Pgto.	Tipo Ação	Valor do Provento por Ação (Reais)
01	RCA	13/03/2003	Dividendo	15/04/2003	ON	0,0002824306
02	RCA	13/03/2003	Dividendo	15/04/2003	PNA	0,0003573688
03	RCA	13/03/2003	Dividendo	15/04/2003	PNB	0,0002824306

01.09 - Capital Social Subscrito e Alterações no Exercício Social em Curso

Item	Data da Alteração	Valor do Capital Social (Reais Mil)	Valor da Alteração (Reais Mil)	Origem da Alteração	Quantidade de Ações Emitidas (Milhares)	Preço da Ação na Emissão (Reais)

01.10 - Diretor de Relações com Investidores

Data	15/05/2003	**Assinatura**	Não disponível

02 - Balanço Patrimonial

02.01 - Balanço Patrimonial Ativo (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/03/2003	31/12/2002
1	Ativo Total	5.604.943	5.597.913
1.01	Ativo Circulante	1.405.307	1.403.694
1.01.01	Disponibilidades	21.407	173.012
1.01.01.01	Numerário Disponível	3.294	162.333
1.01.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	18.113	10.679
1.01.02	Créditos	1.089.897	938.779
1.01.02.01	Consumidores e Concessionárias	636.553	769.902
1.01.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	453.344	168.877
1.01.03	Estoques	16.147	8.169
1.01.04	Outros	277.856	283.734
1.01.04.01	Créditos da Cta Cons. Combustível - CCC	13.170	27.300
1.01.04.02	Alienações, Serv.em Curso e Disp.Reemb.	16.794	19.458
1.01.04.03	Tributos e Contrib. Sociais a Recuperar	56.767	63.879
1.01.04.04	Ativo Fiscal Diferido	122.256	145.590
1.01.04.05	Adiantamentos a Fornecedores	52.735	6.439
1.01.04.06	Despesas Pagas Antecipadamente	10.881	15.058
1.01.04.07	Outros	5.253	6.010
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	289.395	288.989
1.02.01	Créditos Diversos	30.697	30.670
1.02.01.01	Concessionárias	30.697	30.670
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	258.698	258.319
1.02.03.01	Tributos e Contrib.Sociais a Recuperar	7.455	7.476
1.02.03.02	Depósitos Vinculados a Litígios	24.826	24.526
1.02.03.03	Ativo Fiscal Diferido	222.622	219.113
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	3.312	4.417
1.02.03.05	Outros	483	2.787
1.03	Ativo Permanente	3.910.241	3.905.230
1.03.01	Investimentos	527.641	482.517
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	525.774	478.859
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.867	3.658
1.03.01.03.01	Bens Direitos p/Uso Fut.e Dest.Alienação	1.742	1.762
1.03.01.03.02	Outros	125	1.896
1.03.02	Imobilizado	3.381.659	3.421.360
1.03.03	Diferido	941	1.353

02 - Balanço Patrimonial

02.02 - Balanço Patrimonial Passivo (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/03/2003	31/12/2002
2	Passivo Total	5.604.943	5.597.913
2.01	Passivo Circulante	1.160.522	1.025.987
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	454.480	428.012
2.01.01.01	Principal	404.780	407.248
2.01.01.02	Encargos	49.700	20.764
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	123.426	184.491
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.633	13.337
2.01.04.01	Tributos e Constrib. Sociais Correntes	26.843	10.585
2.01.04.02	Tributos e Constrib. Sociais Parcelados	2.790	2.752
2.01.05	Dividendos a Pagar	184.360	0
2.01.06	Provisões	147.140	161.925
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	129.427	145.352
2.01.06.02	Contingências	17.713	16.573
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	221.483	238.222
2.01.08.01	Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.Hídricos	7.832	10.529
2.01.08.02	Concessionárias de Energia Elétrica	1.824	1.824
2.01.08.03	Particip.Empregados Lucros ou Resultados	1.418	2.526
2.01.08.04	Benefício Pós-Emprego	38.338	44.326
2.01.08.05	Passivo Fiscal Diferido	161.944	170.518
2.01.08.06	Outros	10.127	8.499
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.773.109	1.811.627
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.379.700	1.439.779
2.02.01.01	Principal	1.379.700	1.439.779
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	168.278	151.606
2.02.03.01	Obrigações Estimadas	19.111	17.300
2.02.03.02	Contingências	149.167	134.306
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	225.131	220.242
2.02.05.01	Tributos e Contrib.Sociais Parcelados	8.853	9.415
2.02.05.02	Benefícios Pós-Emprego	214.278	208.827
2.02.05.03	Outros	2.000	2.000
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.671.312	2.760.299
2.05.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.05.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	38.478	222.838
2.05.04.01	Legal	37.635	37.635
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	843	185.203
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.373	0

03 - Demonstração do Resultado

03.01 - Demonstração do Resultado (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Valor do Trimestre Atual 01/01/2003 a 31/03/2003	Valor Acumulado do Atual Exercício 01/01/2003 a 31/03/2003	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2002 a 31/03/2002	Valor Acumulado do Exercicio Anterior 01/01/2002 a 31/03/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	419.696	419.696	344.076	344.076
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	337.330	337.330	276.724	276.724
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	36.407	36.407	4.291	4.291
3.01.03	Subvenção Combustível - CCC	42.685	42.685	60.408	60.408
3.01.04	Serviço Prestado	2.169	2.169	1.524	1.524
3.01.05	Venda de Cinzas	1.031	1.031	968	968
3.01.06	Outras	74	74	161	161
3.02	Deduções da Receita Bruta	(19.039)	(19.039)	(13.524)	(13.524)
3.02.01	Impostos e Contribuições	(18.208)	(18.208)	(12.720)	(12.720)
3.02.02	Repasse - CCC - Venda de Cinzas	(831)	(831)	(804)	(804)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	400.657	400.657	330.552	330.552
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(257.825)	(257.825)	(192.669)	(192.669)
3.04.01	Pessoal	(12.414)	(12.414)	(10.516)	(10.516)
3.04.02	Material	(2.049)	(2.049)	(1.499)	(1.499)
3.04.03	Serviço de Terceiro	(5.809)	(5.809)	(4.882)	(4.882)
3.04.04	Combustível p/Prod.Ener.Elétrica - CCC	(42.685)	(42.685)	(60.408)	(60.408)
3.04.05	Combustível p/Prod.Ener.Elétrica	(28.582)	(28.582)	(10.769)	(10.769)
3.04.06	Compens.Financ. p/Utiliz.Rec. Hídricos	(11.790)	(11.790)	(7.008)	(7.008)
3.04.07	Depreciação / Amortização	(40.056)	(40.056)	(38.243)	(38.243)
3.04.08	Energia Elétrica Comprada p/Revenda	(119.154)	(119.154)	(51.124)	(51.124)
3.04.09	Uso de Bem Público - UBP	(4.392)	(4.392)	(3.521)	(3.521)
3.04.10	Constituição de Provisões Operacionais	(2.361)	(2.361)	(2.578)	(2.578)
3.04.11	Reversão de Provisões Operacionais	16.687	16.687	34	34
3.04.12	Outras	(5.220)	(5.220)	(2.155)	(2.155)
3.05	Resultado Bruto	142.832	142.832	137.883	137.883
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(7.488)	(7.488)	(54.211)	(54.211)
3.06.01	Com Vendas	(10.581)	(10.581)	(3.372)	(3.372)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(21.739)	(21.739)	(20.130)	(20.130)
3.06.02.01	Pessoal	(5.553)	(5.553)	(4.513)	(4.513)
3.06.02.02	Serviço de Terceiro	(2.943)	(2.943)	(3.822)	(3.822)
3.06.02.03	Depreciação / Amortização	(362)	(362)	(351)	(351)
3.06.02.04	Constituição de Provisões Operacionais	(6.885)	(6.885)	(9.800)	(9.800)
3.06.02.05	Reversão de Provisões Operacionais	6.175	6.175	7.242	7.242
3.06.02.06	Taxa de Fiscalização	(1.243)	(1.243)	(1.289)	(1.289)
3.06.02.07	Previdência Privada - SB-40	(4.979)	(4.979)	(5.796)	(5.796)
3.06.02.08	Amortização de Ágio na Partic.Empresas	(1.686)	(1.686)	(572)	(572)
3.06.02.09	Outras	(4.263)	(4.263)	(1.229)	(1.229)
3.06.03	Financeiras	(304)	(304)	(30.878)	(30.878)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	25.360	25.360	1.058	1.058
3.06.03.01.01	Rendas de Aplicações Financeiras	22.563	22.563	619	619
3.06.03.01.02	Variação Monetária	381	381	327	327
3.06.03.01.03	Outras	2.416	2.416	112	112
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(25.664)	(25.664)	(31.936)	(31.936)
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	(48.681)	(48.681)	(23.046)	(23.046)
3.06.03.02.02	Encargos s/Tributos e Contrib.Sociais	(416)	(416)	(5.079)	(5.079)
3.06.03.02.03	Encargos s/Provisões Operacionais	(3.037)	(3.037)	(2.611)	(2.611)
3.06.03.02.04	Encargos s/Obrig.Contratadas-Fund.PREVIG	(1.802)	(1.802)	(1.703)	(1.703)
3.06.03.02.05	Variação Monetária s/Empr.Financiamento	46.961	46.961	3.843	3.843
3.06.03.02.06	Var. Monet.s/Provisões Operacionais	(7.020)	(7.020)	(695)	(695)
3.06.03.02.07	Var. Monet.s/Obrig.Contr.Fundação PREVIG	(6.715)	(6.715)	(2.036)	(2.036)
3.06.03.02.08	Variação Monetária - Outras	(47)	(47)	599	599
3.06.03.02.09	Outras	(4.907)	(4.907)	(1.208)	(1.208)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	25.136	25.136	169	169
3.07	Resultado Operacional	135.344	135.344	83.672	83.672

3.08	Resultado Não Operacional	(3.083)	(3.083)	(13)	(13)
3.08.01	Receitas	22	22	41	41
3.08.02	Despesas	(3.105)	(3.105)	(54)	(54)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	132.261	132.261	83.659	83.659
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(25.637)	(25.637)	(27.708)	(27.708)
3.10.01	Contribuição Social	(6.707)	(6.707)	(5.718)	(5.718)
3.10.02	Imposto de Renda	(18.930)	(18.930)	(21.990)	(21.990)
3.11	IR Diferido	(11.251)	(11.251)	(299)	(299)
3.11.01	Contribuição Social	(2.944)	(2.944)	(1.967)	(1.967)
3.11.02	Imposto de Renda	(8.307)	(8.307)	1.668	1.668
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	95.373	95.373	55.652	55.652

03.02 - Lucro ou Prejuízo por Ação

	Trimestre Atual 01/01/2003 a 31/03/2003	Acumul. Atual Exercício 01/01/2003 a 31/03/2003	Igual Trim. Exerc. Anterior 01/01/2002 a 31/03/2002	Acumul. Exerc. Anterior 01/01/2002 a 31/03/2002
Nº Ações, Ex. Tesouraria (Milhares)	652.742.193	652.742.193	652.742.193	652.742.193
Lucro por Ação (Reais)	0,00015	0,00015	0,00009	0,00009
Prejuízo por Ação (Reais)	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá e Cana Brava, é de 5.831 MW, dos quais 79,68% em usinas hidrelétricas e 20,32% em termelétricas, compostos pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS) e Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo os contratos para compra de longo prazo firmados com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA e com a Companhia de Interconexão Energética – CIEN, é de 6.173 MW.

O controle acionário da Companhia pertence à Tractebel EGI South America Ltda. nova razão social da Tractebel Sul Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma *SPC – Special Purpose Company* constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., que está implantando a central geradora termelétrica Lages, no Município de Lages (SC). As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 8-b.

A usina hidrelétrica Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Todos os valores apresentados (textos e tabelas) no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado, nas Notas Explicativas e nos demais quadros estão expressos em milhares de Reais, exceto os gráficos constantes das notas 10-c, 10-d e 10-e do quadro 04.0l e das notas 5-c, 5-d e 5-e do quadro 16.01, que estão expressos em milhões de Reais.

Informações da Controladora

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado foram elaborados de acordo com a legislação societária brasileira, com as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e com os atos normativos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Informações consolidadas

As informações consolidadas estão apresentadas nos quadros 06.01, 06.02, 07.01 e 08.01. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado consolidados em 31 de março de 2003 foram elaborados de acordo com os princípios e práticas de consolidação previstos na legislação societária brasileira e na Instrução nº 247/96, com as alterações introduzidas pela Instrução nº 285/98, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Detalhamento em Notas Explicativas

As Notas Explicativas pertinentes ao Balanço Patrimonial Consolidado e à Demonstração do Resultado Consolidado, quando aplicáveis, estão apresentadas no quadro 16.01.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Critérios gerais de avaliação

a) Resultado do período

As receitas e despesas estão registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até 31.03.2003, cujos valores contábeis não excedem os preços médios de mercado;

os materiais em estoque estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado;

os ativos indexados estão atualizados até 31.03.2003.

c) Permanente

Os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos estão ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

o imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação está calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 002, de 24.12.1997, e nº 044, de 17.03.1999, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas, em consonância com os citados atos normativos, estão demonstradas na Nota 9-a;

em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão computados como custo do respectivo imobilizado.

d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os benefícios futuros a empregados (benefícios pós-emprego) estão registrados com base em avaliação atuarial, em consonância com a Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000, e são atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas, e complementados pelos valores projetados atuarialmente (ver Nota 15);

os empréstimos e financiamentos e os encargos decorrentes, apropriados até 31.03.2003, estão atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (Ver Nota 10) e as demais obrigações estão registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Balanço Patrimonial Consolidado

Foram eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA estão consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 8-b.1).

Em face da alta proporção de participação da controladora nas demais sociedades controladas (Ver Nota 8-b), não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 4 – CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	31.03.2003				31.12.2002
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Consumidores livres	12.878	1.163	-	14.041	6.935
Concessionárias	136.215	-	18.838	155.053	159.102
Comercializadoras	5.266	-	-	5.266	4.099
Transações no âmbito do MAE	447.410	14.783	-	462.193	599.766
	601.769	**15.946**	**18.838**	**636.553**	**769.902**
Longo prazo					
Transações no âmbito do MAE	30.697	-	-	30.697	30.670
	632.466	**15.946**	**18.838**	**667.250**	**800.572**

A energia elétrica fornecida a clientes enquadrados na categoria "Consumidores Livre", tem suas respectivas faturas com vencimento no dia 15 do mês subseqüente ao do fornecimento.

As faturas de suprimento a concessionárias são desdobradas em três parcelas iguais, com vencimento nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao do suprimento e no dia 5 do segundo mês subseqüente.

O valor vencido há mais de 90 dias refere-se ao faturamento de curto prazo devido por Furnas Centrais Elétricas S.A.. Tal valor é decorrente do suprimento feito pela Companhia àquela empresa, em virtude do atraso da entrada em operação da Usina Termonuclear Angra II, cuja energia encontra-se inserida em seus Contratos Iniciais. O faturamento se refere ao período de julho de 1999 a agosto de 2000, quando o mercado de curto prazo era administrado pela ASMAE – Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica. O referido valor é reconhecido por Furnas e sua liquidação está sendo negociada entre as partes, pois que não há consenso a respeito dos juros e atualização monetária que a Companhia entende ser aplicáveis. O débito atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 1% a.m., totaliza R$ 39.472 em 31.03.2003. Na liquidação do referido valor, será compensado o débito de mesma natureza que a Companhia tem com Furnas, no valor de R$ 2.537, o qual, atualizado nas mesmas condições, é de R$ 4.424.

As unidades 4 e 5 da UTE William Arjona estão disponibilizadas para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, com potência de 70 MW, conforme contrato de suprimento de energia elétrica firmado em janeiro de 2002, com vigência até dezembro de 2004. As faturas correspondentes vencem no primeiro dia útil após o dia 15 do mês seguinte ao que se referem.

As informações referentes às transações de compra e venda de energia elétrica no âmbito do MAE encontram-se descritas na Nota 18.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31.03.2003	31.12.2002
Certificado de Depósito Bancário – CDB	439.665	162.483
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	13.679	6.394

	453.344	**168.877**

Os títulos e valores mobiliários existentes em 31.03.2003 são remunerados em 102,29% da taxa CDI, em média, podendo ser negociados, independentemente de seus vencimentos, sem prejuízo dos rendimentos.

NOTA 6 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

Natureza dos créditos	**31.03.2003**				**31.12.2002**
	Base de cálculo	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
Provisão para perdas Jacuí	977.853	-	88.007	88.007	88.007
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	276.247	33.453	-	33.453	33.453
Participação de empregados nos lucros	1.418	355	128	483	859
Provisão energia elétrica MAE	9.101	2.275	819	3.094	10.340
Provisão para contingências	162.780	40.694	14.650	55.344	49.987
Benefícios pós-emprego	147.748	36.937	13.297	50.234	51.934
Provisão para grandes manutenções	28.435	7.109	2.559	9.668	11.284
Provisão bônus gerencial	3.200	800	288	1.088	1.088
Provisão aquisição energia elétrica	109.656	27.414	9.869	37.283	40.538
Provisão para deságio na alienação de créditos fiscais	1.258	314	113	427	427
Prejuízo fiscal	132.054	33.013	-	33.013	41.128
Base negativa da contribuição social	364.262	-	32.784	32.784	35.658
	-	**182.364**	**162.514**	**344.878**	**364.703**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		79.440	42.816	122.256	145.590
Realizável a longo prazo		102.924	119.698	222.622	219.113
		182.364	**162.514**	**344.878**	**364.703**

As provisões referentes às transações de compra e venda de energia elétrica no âmbito do MAE estão sendo tratadas como diferenças temporárias. As informações referentes às transações ocorridas no âmbito daquele mercado estão divulgadas na Nota 18.

Nos termos da legislação fiscal, a realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de suas bases, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subseqüentes.

Estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos órgãos de administração da Companhia, indica que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referido estudo técnico está em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados pela Administração da Companhia, conforme abaixo apresentados:

Natureza dos ativos	2003	2004	2005	2006	2007	Próximos 2 anos	Próximos 3 anos	Após 2012	Total
Provisão para perdas Jacuí	-	-	2.970	3.960	3.960	7.920	11.880	57.317	88.007
Demais diferenças temporárias	61.937	23.024	11.719	32.090	5.781	23.267	33.256	-	191.074
Prejuízo Fiscal	33.013	-	-	-	-	-	-	-	33.013
Base negativa da contribuição social	27.306	5.478	-	-	-	-	-	-	32.784
Ativo fiscal diferido, registrado	**122.256**	**28.502**	**14.689**	**36.050**	**9.741**	**31.187**	**45.136**	**57.317**	**344.878**
Ativo fiscal diferido, não registrado	-	-	-	-	-	-	-	35.609	35.609
Total	**122.256**	**28.502**	**14.689**	**36.050**	**9.741**	**31.187**	**45.136**	**92.926**	**380.487**

A provisão para perdas econômicas da UTE Jacuí realizar-se-á na proporção da depreciação do empreendimento, após sua entrada em operação. O valor do ativo fiscal diferido refere-se a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e foi constituído em 1997. A Administração da Companhia está aguardando definições sobre pendências envolvendo o projeto, para reconhecer o Imposto de Renda diferido sobre a referida provisão, no valor de R$ 244.463, ocasião em que o total do ativo fiscal diferido será complementado, observando-se o limite de dez anos para a sua recuperação.

NOTA 7 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	31.03.2003		31.03.2002	
	Contribuição social	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Imposto de renda**
Resultado antes dos tributos	132.261	132.261	83.659	83.659
Contribuição Social – 9%	(11.903)	-	(7.529)	-
Imposto de Renda – 25%		(33.065)		(20.915)
Contribuição social e imposto de renda sobre:				
Despesas indedutíveis				
Gratificação e 13º salário dos dirigentes	-	(13)	-	(95)
Amortização de ágio	-	(422)	-	(143)
Equivalência patrimonial	2.262	6.284	15	42
Outras despesas indedutíveis	(10)	(27)	(15)	(39)
Resultados não tributáveis				
Remuneração das Imobilizações em Curso-RIC	-	-	-	822
Adicional de 10% do IRPJ sobre o lucro até R$ 20.000,00 mensais	-	6	-	6
Ajuste de alíquota da CSLL diferida	-	-	(156)	-
	(9.651)	**(27.237)**	**(7.685)**	**(20.322)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(6.707)	(18.930)	(5.718)	(21.990)
Diferido	(2.944)	(8.307)	(1.967)	1.668
	(9.651)	**(27.237)**	**(7.685)**	**(20.322)**

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	31.03.2003	31.12.2002
Participações societárias permanentes avaliadas pela equivalência patrimonial		
Itá Energética S.A. – ITASA		
Equivalência patrimonial	241.396	241.594
Ágio	16.592	17.164
	257.988	**258.758**
Companhia Energética Meridional – CEM		
Equivalência patrimonial	210.473	172.928
Ágio	43.463	42.806
Adiantamento para aumento de capital	-	102
	253.936	**215.836**
Delta Participações S.A.		
Equivalência patrimonial	1	1
	1	**1**
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.		
Equivalência patrimonial	**10**	**10**
Lages Bioenergética Ltda..		
Equivalência patrimonial	**13.839**	**4.254**
	525.774	**478.859**
Participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição		
Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE		
Quota de participação	**3**	**3**
	525.777	**478.862**
Bens e direitos de uso futuro e destinados à alienação	**1.742**	**1.762**
Outros investimentos		
Bônus de Subscrição em ações da Companhia Energética Meridional – CEM	-	1.771
Outros	122	122
	122	**1.893**
	527.641	**482.517**

b) Participações societárias permanentes

b.1 - Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os Municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de 5 grupos geradores de 290 MW, tendo a última unidade entrado em operação em março de 2001.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, que correspondem à Energia Assegurada da UHE Itá.

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.03.2003 totaliza R$ 728.725 (R$ 716.889 em 31.12.2002).

As informações pertinentes à participação na controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31.03.2003	**31.12.2002**
Quantidade de ações do capital social	520.219.172	520.219.172
Quantidade de ações de propriedade da Tractebel Energia	253.606.840	253.606.840
Participação %	48,750	48,750
Capital social	426.300	426.300
Patrimônio líquido	408.994	495.578
Resultado do período	(86.584)	(25.404)
Investimento:		
Equivalência patrimonial	199.384	241.594
Ágio	16.592	17.164
Resultado de equivalência patrimonial	(197)	(12.384)

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão, admitindo-se uma renovação da concessão ao seu término, conforme faculta o respectivo Contrato de Concessão.

A avaliação considerou a relação de *debt/equity* de 50/50 para a implementação do projeto Itá, utilizando-se taxas de desconto de 11,0% para capital de terceiros e de 11,5% para capital próprio.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados na proporção do investimento da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**31.03.2003**
Circulante	161.116
Realizável a longo prazo	4.178
Permanente	1.178.894
	1.344.188
PASSIVO	
Circulante	218.685
Exigível a longo prazo	630.329
Patrimônio líquido	495.174
	1.344.188
RESULTADO	
Receitas operacionais brutas	80.176
Deduções da receita operacional	(3.016)
Receitas líquidas de vendas	**77.160**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Energia elétrica – exposição no MAE	(16.625)
Custo de produção de energia elétrica	(12.905)
	(29.530)
RESULTADO BRUTO	**47.630**
DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas com vendas	(4.110)
Despesas gerais e administrativas	(4.827)
	(8.937)
Resultado do serviço	**38.693**
Receitas (despesas) financeiras	**(39.097)**
PREJUÍZO DO PERÍODO	**(404)**

b.2 - Companhia Energética Meridional – CEM (Controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	31.03.2003			31.12.2002
	Ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Quantidade de ações do capital social	79.063.566	146.107.126	225.170.692	212.010.000
Quantidade de ações de propriedade da Tractebel Energia	79.063.562	146.107.126	225.170.688	212.009.996
Participação %	99,99	100,00	99,99	99,99
Capital social	78.748	145.474	224.222	212.010
Patrimônio líquido	-	-	210.473	172.928
Resultado do período	-	-	25.333	(39.082)
Investimento:				
Equivalência patrimonial	-	-	210.473	172.928
Ágio	-	-	43.463	42.806
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	25.333	(39.082)

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos, a partir de janeiro de 2003.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

A avaliação levou em consideração a relação *debt/equity* de 70/30 para a construção da usina, utilizando-se taxa de desconto de 14% a.a..

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada estão demonstrados a seguir e encontram-se consolidados nas demonstrações financeiras apresentadas nos quadros 6.01, 6.02 e 7.01:

	31.03.2003
ATIVO	
Circulante	90.642
Realizável a longo prazo	15.820
Permanente	926.859
	1.033.321
PASSIVO	
Circulante	83.574
Exigível a longo prazo	739.274
Patrimônio líquido	210.473
	1.033.321
RESULTADO	
Receitas operacionais brutas	48.759
Deduções da receita operacional	(2.015)
Receitas líquidas de vendas	**46.744**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Custo de produção de energia elétrica	(8.635)
LUCRO BRUTO	**38.109**
DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas com vendas	(2.462)
Despesas gerais e administrativas	(574)
	(3.036)
Resultado do serviço	**35.073**
Receitas (despesas financeiras)	**3.301**
LUCRO OPERACIONAL	**38.374**
Imposto de renda e contribuição social	(13.041)
LUCRO DO PERÍODO	**25.333**

b.3 – Delta Participações S.A.

A Companhia detém 999 das 1.000 ações que compõem o Capital Social da Delta, constituída em 31.10.2001, a qual não exerceu atividades até o presente momento.

b.4 – Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Sociedade constituída em 16.10.2000, sob a denominação de Beta Participações Ltda., tendo sua denominação alterada em 10.06.2002. Seu capital social em 31.03.2003 é de R$ 26, representado por 26.000 quotas de capital, das quais a Companhia possui 25.999.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	31.03.2003	31.12.2002
Quotas que compõem o capital social	26.000	26.000
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	25.999	25.999
Participação %	99,99	99,99
Capital social	26	26
Patrimônio líquido	10	10
Resultado do período	-	(16)
Investimento:		
Equivalência patrimonial	10	10
Resultado de equivalência patrimonial	-	(16)

b.5 – Lages Bioenergética Ltda.

Sociedade constituída em 26.06.2002, tendo recebido autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 30.10.2002, para estabelecer-se como Produtor Independente, mediante a implantação da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A central geradora terá um sistema de transmissão de interesse restrito, composto de uma subestação com transformador de 31.250 kVA – 13,8/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente 5 km de extensão. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002. As obras iniciaram em janeiro de 2003.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	31.03.2003	31.12.2002
Quotas que compõem o capital social	13.839.669	4.254.196
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	13.839.668	4.254.195
Participação %	99,99	99,99
Capital social	13.839	4.254
Patrimônio líquido	13.839	4.254
Investimento:		
Equivalência patrimonial	13.839	4.254

NOTA 9 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	31.03.2003		31.12.2002
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Custo corrigido
Imobilizações em Serviço			
Geração Hidráulica			
UHE Salto Santiago	2,5	638.030	638.274
UHE Salto Osório	2,8	288.555	288.623
UHE Passo Fundo	2,5	122.760	122.812
UHE Itá (participação em consórcio)	2,3	1.233.270	1.233.259
UHE Machadinho (participação em consórcio)	2,4	164.706	163.594
		2.447.321	2.446.562
(-) Depreciação Acumulada		(799.255)	(785.146)
		1.648.066	**1.661.416**
Geração Térmica			
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.434.800	2.433.552
UTE Charqueadas	4,5	54.154	54.011
UTE Alegrete	4,6	7.851	7.735
UTE William Arjona	4,8	167.729	167.594
		2.664.534	2.662.892
(-) Depreciação Acumulada		(1.008.085)	(983.429)
		1.656.449	**1.679.463**
Sistema de Comunicação	6,1	1.624	1.624
(-) Depreciação Acumulada		(831)	(807)
		793	**817**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	24.183	21.959
(-) Depreciação Acumulada		(11.943)	(11.010)
		12.240	**10.949**
		3.317.548	**3.352.645**

Composição do Ativo Imobilizado (continuação)

	31.03.2003	31.12.2002
	Custo corrigido	Custo corrigido
Total das Imobilizações em Serviço	**3.317.548**	**3.352.645**
Imobilizações em Curso		
Geração Hidráulica		
UHE Machadinho (custos retardatários)	10.878	11.709
UHE Salto Santiago (obra de adição)	626	3.321
UHE Itá (custos retardatários)	3.077	2.830
Outros	1.111	1.143
	15.692	**19.003**
Geração Térmica		
UTE Jacuí	81.637	80.823
UTE Jorge Lacerda (obra de adição)	11.982	12.159
UTE William Arjona (custos retardatários)	5.508	5.541
UTE Charqueadas (obra de adição)	1.065	1.025
Outros	4.116	5.729
	104.308	**105.277**
Outros	**675**	**999**
	120.675	**125.279**
Imobilizações líquidas	**3.438.223**	**3.477.924**
Obrigações Especiais	**(56.564)**	**(56.564)**
	3.381.659	**3.421.360**

b) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente. A composição destas obrigações, em 31.03.2003 e em 31.12.2002, é a seguinte:

Doações e subvenções destinadas a investimentos	47.937
Reversão e amortização	2.230
Participação da União	3.758
Outras	2.639
	56.564

c) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia possui as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Itá	Controladora/ ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
II–Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Jacuí	Controladora	350	07.02.2002	07.02.2032
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (Ver Nota 8-b.1).

A concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

d) Usina Termelétrica Jacuí

Em 12.03.1999 a Companhia, cumprindo exigências do Edital de Privatização, comunicou à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a sua intenção de concluir a obra da UTE Jacuí. Posteriormente, a ANEEL autorizou a implantação do projeto e definiu os aspectos de comercialização de energia gerada pela Usina. O órgão de controle ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, FEPAM, emitiu a Licença de Instalação. Atualmente, aguarda-se, com a regulamentação da Lei nº 10.438/2002, a definição específica para a UTE Jacuí da sistemática de reembolso do carvão a ser utilizado na usina, no período posterior aos primeiros 5 anos de operação, além das definições do setor elétrico referente a condições de venda de energia a longo prazo para novos empreendimentos. Estas ações, paralelamente às definições que se encontram em curso, tais como a negociação de contratação de EPC (*Engineering Procurement and Construction*), o suprimento de carvão, cujos termos contratuais já foram acordados pelas partes e pela interveniente Eletrobrás, bem como a montagem de estruturas de financiamento que conta com a participação do BNDES, mostram o empenho da Companhia na viabilização do empreendimento.

e) Capacidade de recuperação através de operações futuras

A Companhia, com base em projeções de fluxo futuro de caixa descontado a valor presente, elaboradas internamente, avaliou que alguns ativos integrantes de seu parque gerador não serão recuperados pelas suas operações futuras, se considerados isoladamente. No entanto, a Administração da Companhia entende que esses ativos, no conjunto de seus ativos operacionais, produzirão fluxo de caixa positivo.

f) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

NOTA 10 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

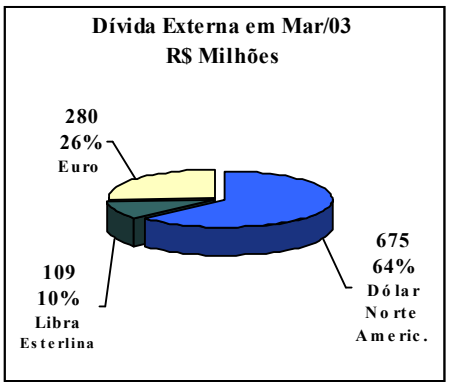
a) Composição:

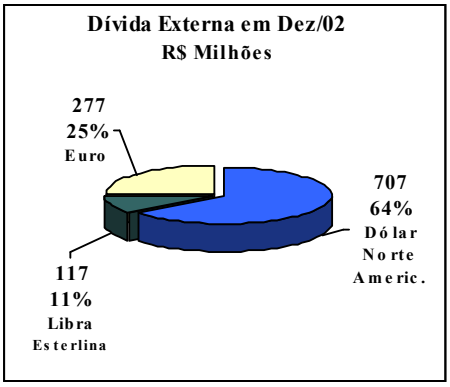
	31.03.2003			31.12.2002		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	85.709	737.372	823.081	78.850	774.396	853.246
Instituições financeiras	17.739	223.133	240.872	14.293	233.615	247.908
	103.448	**960.505**	**1.063.953**	**93.143**	**1.008.011**	**1.101.154**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	55.785	359.848	415.633	54.413	374.319	428.732
Instituições financeiras	295.247	59.347	354.594	279.636	57.449	337.085
Fornecedores	-	-	-	820	-	820
	351.032	**419.195**	**770.227**	**334.869**	**431.768**	**766.637**
	454.480	**1.379.700**	**1.834.180**	**428.012**	**1.439.779**	**1.867.791**

b) Mutações no trimestre

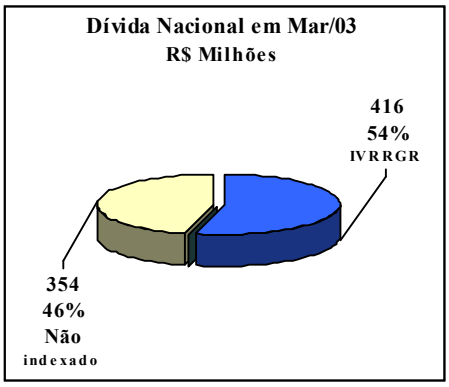
	Circulante	Longo Prazo
Saldo em 31.12.2002	**428.012**	**1.439.779**
Liquidações	(35.331)	-
Transferências	18.801	(18.801)
Encargos gerados no trimestre	47.424	1.257
Variações monetárias geradas no trimestre	(4.426)	(42.535)
Saldo em 31.03.2003	**454.480**	**1.379.700**

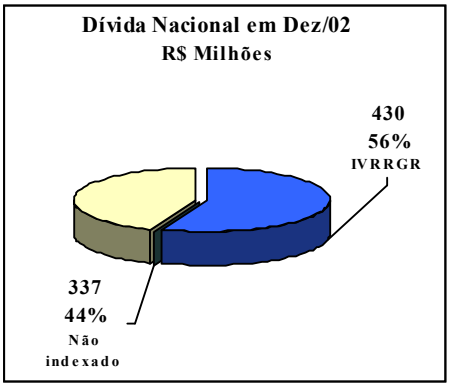
c) O total devido nas respectivas moedas estrangeiras desdobra-se da seguinte forma:





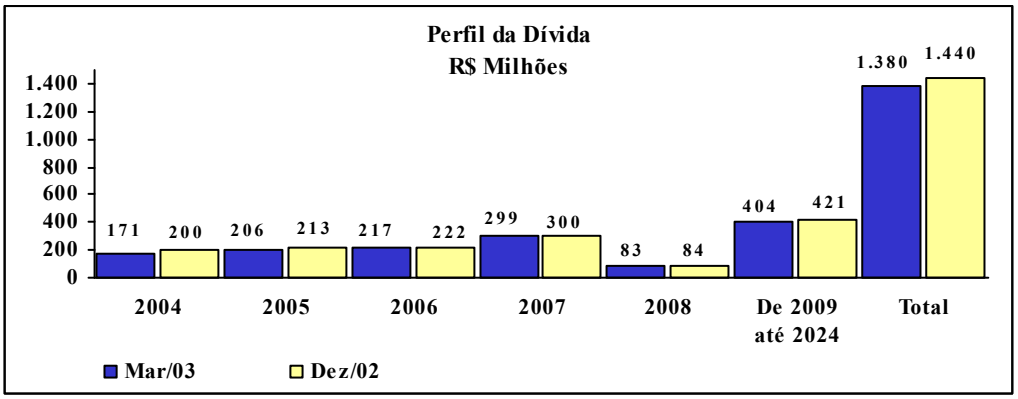
d) O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:





IVRRGR - Índice de Variação Recursos da RGR

e) Os empréstimos, financiamentos e encargos a longo prazo têm seus vencimentos assim programados:



f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas:

Mercado interno

Taxas fixas: 6,00% a 12,00% a.a. (2002, 6,00% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes: 27,32%a.a. (2002, 26,00%a.a.)

Mercado externo

Taxas fixas: 3,00% a 8,49% a.a. (2002, 3,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes: 1,77% a 9,99% a.a. (2002, 2,22% a 9,99% a.a)

NOTA 11 - FORNECEDORES

	31.03.2003	31.12.2002
Energia elétrica	54.633	53.710
Energia elétrica no âmbito do MAE	13.594	61.649
Combustíveis fósseis	29.353	32.745
Materiais e serviços	25.846	36.387
	123.426	**184.491**

NOTA 12 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PARCELADOS

Composição do saldo

	31.03.2003			31.12.2002		
	Parcelas vincendas	Circulante	Longo prazo	Parcelas vincendas	Circulante	Longo prazo
Imposto de Renda Pessoa Jurídica						
Parcelamento em 120 meses	14	**1.194**	**199**	17	**1.177**	**490**
PIS						
Parcelamento em 72 meses	19	**397**	**232**	22	**385**	**321**
INSS						
Parcelamento em 240 meses	119	924	8.238	122	916	8.398
Parcelamento em 96 meses	20	275	184	21	274	206
		1.199	**8.422**		**1.190**	**8.604**
		2.790	**8.853**		**2.752**	**9.415**

NOTA 13 – PROVISÕES – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31.03.2003		31.12.2002	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisões trabalhistas	7.219	-	6.928	-
Provisão para grandes manutenções	9.324	19.111	15.889	17.300
Provisão aquisição energia elétrica	109.656	-	119.226	-
Provisão bônus gerencial	3.200	-	3.200	-
Outras	28	-	109	-
	129.427	**19.111**	**145.352**	**17.300**

As provisões trabalhistas referem-se às estimativas de 13º salário, férias, gratificação de férias e os respectivos encargos sociais.

Buscando mensurar adequadamente os resultados dos exercícios sociais futuros, a Companhia adota o registro de provisões para grandes manutenções do parque gerador, com base em plano executivo para preservação das condições de operação das usinas.

A provisão para aquisição de energia elétrica refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia, em virtude da exposição da ITASA no MAE no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002, decorrente do Despacho ANEEL nº 288/2002, tendo em vista que a mencionada controlada não reconheceu a referida exposição em suas demonstrações financeiras do exercício de 2002. Visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de compra e venda de energia entre a Companhia e a ITASA, foram celebrados aditivos aos referidos contratos, concedendo reajuste extraordinário do preço da energia contratada, pelo período de 12 meses, contados a partir de fevereiro de 2003. Neste trimestre, a ITASA reconheceu, em suas demonstrações financeiras, 50% do total devido no âmbito do MAE, bem como faturou a energia vendida à Companhia nos meses de fevereiro e março de 2003, com base nos novos preços contratados. Tendo em vista que a despesa decorrente da exposição no MAE, acima citada, será recuperada através da venda futura de energia elétrica aos seus acionistas, a ITASA registrou o seu valor no ativo circulante, na rubrica “despesas antecipadas”, para amortização no resultado concomitantemente com a realização das receitas. O valor amortizado no 1º trimestre, em consonância

com o procedimento acima descrito, é de R$ 16.625, remanescendo um saldo de R$ 86.180 para os próximos 10 meses. Todos os efeitos advindos dessas operações, contabilizados pela ITASA, foram neutralizadas nas demonstrações financeiras da Companhia, através da reversão de parte desta provisão, no valor de R$ 9.570.

NOTA 14 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A companhia possui duas notificações do INSS, que estão sendo impugnadas administrativamente e processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos, se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

	31.03.2003				31.12.2002	
	Circulante	Longo Prazo	Total	Depósitos judiciais	Circulante e longo prazo	Depósitos judiciais
Trabalhistas						
Vínculo empregatício e reintegração	4.557	13.640	18.197	13.383	17.658	13.723
Periculosidade	336	675	1.011	430	862	516
Jornada de advogado	338	1.011	1.349	288	1.322	340
Horas in itinere	225	1.007	1.232	102	1.313	86
Outras	730	2.185	2.915	2.683	2.805	2.086
	6.186	**18.518**	**24.704**	**16.886**	**23.960**	**16.751**
Cíveis						
Fornecedores	5.013	27.344	32.357	-	26.916	-
Atingidos pela UHE Itá	2.958	9.702	12.660	-	11.514	-
Danos emergentes e lucros cessantes	657	2.154	2.811	-	2.563	-
Doença ocupacional e acidente de trabalho	2.568	12.546	15.114	-	8.733	-
Outras	331	1.085	1.416	-	1.291	-
	11.527	**52.831**	**64.358**	**-**	**51.017**	**-**
Fiscais						
Contribuição Social	-	16.596	16.596	3.749	16.359	3.584
PIS e COFINS	-	51.856	51.856	-	50.678	-
INSS	-	9.366	9.366	4.191	8.865	4.191
	-	**77.818**	**77.818**	**7.940**	**75.902**	**7.775**
	17.713	**149.167**	**166.880**	**24.826**	**150.879**	**24.526**

A Companhia é parte em processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	31.03.2003			31.12.2002		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Trabalhistas	4.729	7.561	12.290	4.039	7.108	11.147

Cíveis	8.854	1.159	10.013	8.145	-	8.145
	13.583	**8.720**	**22.303**	**12.184**	**7.108**	**19.292**

NOTA 15 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os passivos atuariais da Companhia são reavaliados anualmente, por atuário independente, em consonância com os procedimentos estabelecidos através da Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000, que aprovou o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados. Este procedimento foi implementado na Companhia no exercício de 2001 e o passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais, foi reconhecido, naquele exercício, como ajuste de exercícios anteriores, conforme facultava a mencionada Deliberação.

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS e da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar do tipo benefício definido, com regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria e pensão e repartição simples para os demais benefícios previsto naquele Plano.

A ELOS e a PREVIG são entidades fechadas de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, sendo que a primeira é patrocinada pela Companhia e por outra empresa, sem solidariedade entre as patrocinadoras, e a segunda é patrocinada exclusivamente pela Tractebel Energia.

O benefício de aposentadoria da ELOS e da PREVIG, reajustado anualmente pelo INPC, consiste, basicamente, na diferença entre a média dos últimos 36 meses de salário de contribuição do empregado e o valor da aposentadoria paga pelo INSS.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia correspondente a duas vezes a contribuição de seus empregados. Adicionalmente, a Companhia contribui com 1,7825% da folha de salários (percentual ajustado mensalmente em função da oscilação do número de empregados) para fins de amortização de reservas relativas a tempo de serviço passado por ela reconhecido, reavaliadas atuarialmente, cujo compromisso encerra-se em dezembro de 2023. O valor dessas contribuições no 1º trimestre de 2003 foi de R$ 1.892 (R$ 1.197, no 1º trimestre de 2002).

A Companhia é responsável pelo custeio de 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da outra patrocinadora desta fundação) e pelo custeio de 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG. Ambas as despesas são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor de responsabilidade da Companhia no 1º trimestre de 2003 foi de R$ 337 (R$ 435, no 1º trimestre de 2002).

Em 04.10.2002, através do Ofício nº 1755/SPC/GAB/COA, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC aprovou a rescisão do Convênio de Adesão da Companhia com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG, cujo Estatuto e Regulamento do Plano de Benefícios são os mesmos adotados pela Fundação ELOS, mantendo-se, assim, todos os direitos e obrigações da Patrocinadora e dos Participantes. Em virtude de ações judiciais impetradas por entidades sindicais e associação de aposentados, até o encerramento do exercício de 2002 as reservas matemáticas e respectivos ativos garantidores não haviam sido transferidos da ELOS para a PREVIG.

Mais recentemente, em 25.01.2003, a ELOS e a PREVIG, com interveniência anuência das respectivas patrocinadoras, firmaram Termo de Acordo para Transferência Parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefícios de responsabilidade da Tractebel Energia na Elos para o Gerenciamento da PREVIG. Referido acordo estabelece a transferência imediata dos ativos financeiros garantidores das reservas matemáticas de benefícios a conceder (correspondente aos participantes que ainda não entraram em gozo de benefícios) e de benefícios concedidos, compreendendo os participantes assistidos que entraram em gozo de benefício após 23.12.1997. Referido Termo de Acordo estipula ainda que, as Partes deverão buscar, de forma consensual, alternativas àquela aprovada pela SPC para a parcela do Plano de Benefícios de responsabilidade da Companhia que não foi vertido da ELOS para a PREVIG.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

Taxa de desconto - 10 % a. a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - 10 % a. a.
Crescimento salarial futuro
- Participante ativo - 7 % a. a.
- Participante auto-patrocinado - 4 % a. a.
Crescimento dos benefícios da previdência social - 4 % a. a.
Inflação - 4 % a. a.
Fator de capacidade
- Salários - 98 %
- Benefícios - 98 %

Hipóteses Demográficas

Tábua de Mortalidade (ativos) - GAM 1971
Tábua de Mortalidade de Inválidos - RRB 1944
Tábua de Entrada em Invalidez - RRB 1944
Tábua de Rotatividade - Experiência Towers Perrin
Idade de Aposentadoria - Primeira idade de elegibilidade
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria - 95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge - Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

% de participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão - 100%
Fator de conversão do SB40 - 140%

Os valores reconhecidos no exercício de 2003, com efeitos no passivo atuarial líquido apurado em 31.03.2003, estão demonstrados a seguir:

Passivo líquido em 31.12.2002	**253.153**
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado:	
Juros e variações monetárias sobre as obrigações contratadas	8.517

Contribuição da patrocinadora	1.293
Contribuição complementar	599
Reversão de despesas atuariais projetadas para 2003	(603)
	262.959
Amortização de obrigações contratadas	(10.343)
Passivo líquido em 31.03.2003	**252.616**
Classificação do passivo	
Circulante	38.338
Exigível a longo prazo	214.278
	252.616

NOTA 16 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 476.375, correspondente ao período de julho de 2001 a setembro de 2002, a qual está sendo considerada diferença temporária para fins fiscais (vide Nota 18).

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

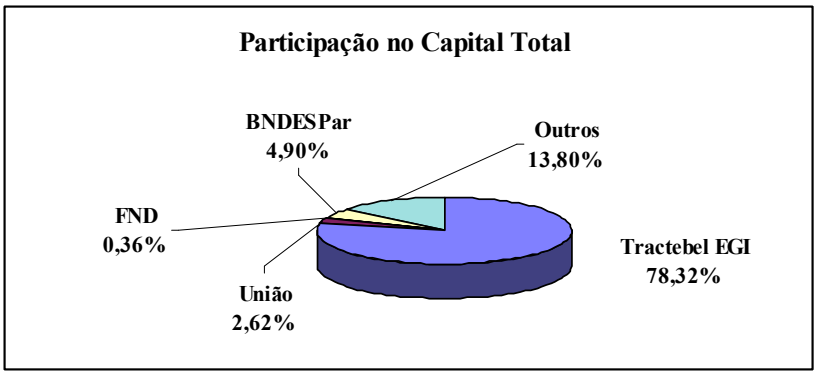
A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 4.500.000, independentemente de reforma estatutária.

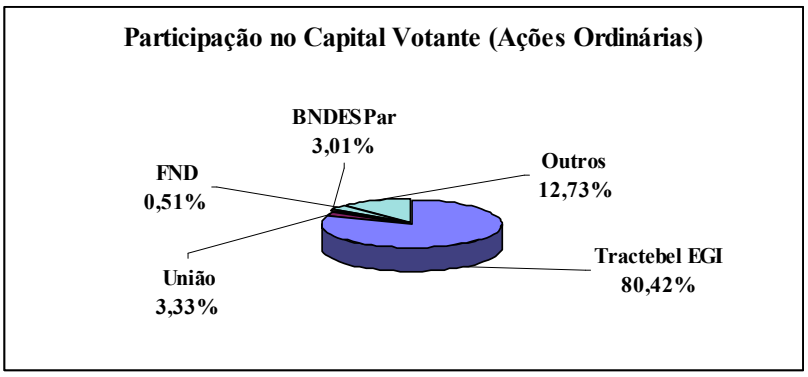
b) Capital social subscrito e integralizado

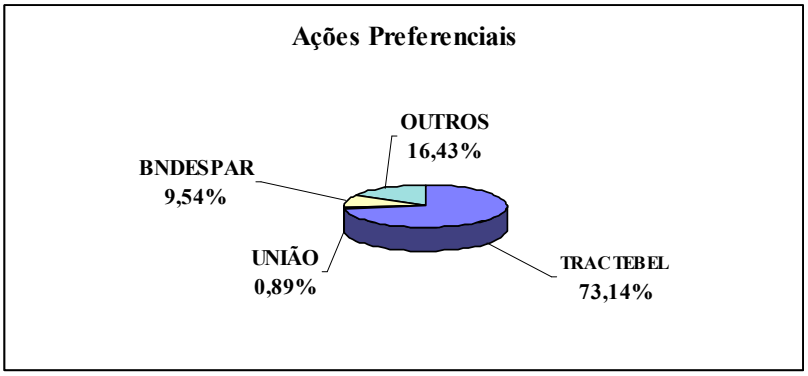
O capital social da Companhia, em 31 de março de 2003, é de R$ 2.445.766, e está representado por 652.742.193.511 ações, sendo 464.052.075.236 ações ordinárias, 75.069.876 ações preferenciais classe A e 188.615.048.399 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, por lote de mil, em 31 de março de 2003 é de R$ 4,07 (R$ 4,23 em 31.12.2002).

As ações preferenciais não garantem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Essas ações têm prioridade na distribuição de dividendos, à razão de 8%, no caso das ações classe "A" e de 6%, para as de classe "B", calculados sobre o capital social das respectivas classes de ações, dividendos esses a serem entre elas rateados igualmente. Para ambas as classes de ações, o dividendo será calculado à razão de 3% do valor do patrimônio líquido a elas correspondente, caso tais dividendos sejam maiores que os calculados com base nas taxas retro mencionadas.

O quadro societário da Companhia, em 31.03.2003, está assim constituído:







	31.03.2003	31.12.2002
c) Composição das reservas		
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	37.635	37.635
Reserva de retenção de lucros	843	185.203
	38.478	**222.838**

NOTA 18 – TRANSAÇÕES DE COMPRA E VENDA NO ÂMBITO DO MAE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução nº 763, de 20.12.2002, autorizou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE a realizar, de forma condicionada à auditoria prevista na Convenção do Mercado, instituída na Resolução ANEEL nº 102, de 01.03.2002, a liquidação financeira de 50% dos saldos relativos às transações de compra e venda de energia elétrica do período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Os saldos remanescentes serão liquidados após a conclusão da auditoria, conforme cronograma definido pelo MAE.

Em 30.12.2002 o MAE realizou a liquidação financeira de 50% dos valores contabilizados no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Do montante líquido de R$ 274.607, favorável à Companhia, foram recebidos R$ 123.587. O saldo não recebido referia-se ao valor de R$ 116.607 de inadimplências e R$ 34.413 relativo ao rateio de depósitos judiciais de agentes reclamantes, conforme Nota de Liquidação das Contabilizações do Mercado de Curto Prazo do MAE, emitida em 13.01.2003. Em janeiro de 2003 a Companhia emitiu faturas de cobrança para os inadimplentes dessa 1ª liquidação, de acordo com as regras definidas pela Resolução ANEEL nº 763, de 20.12.2002. Neste trimestre, a Companhia recebeu dos inadimplentes o valor de R$ 83.565 e R$ 34.413 relativo ao rateio de depósitos judiciais de agentes reclamantes.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2003, o MAE realizou a liquidação financeira de 50% dos valores relativos aos meses de outubro a dezembro de 2002, sendo que a Companhia liquidou seu débito, através de depósitos na conta do MAE, no valor de R$ 7.012.

As transações de venda de energia elétrica realizadas no âmbito do MAE ocorridas no 1° trimestre de 2003, no valor de R$ 20.723, foram provisionadas pela Companhia com base nos demonstrativos de provisionamento divulgados pelo MAE.

Os valores provisionados, foram considerados como diferença temporárias para fins de tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. O correspondente passivo fiscal diferido está demonstrado na Nota 16.

O Conselho de Administração do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, em reunião realizada em 02.04.2003, aprovou o cronograma de liquidação das transações de compra e venda de energia elétrica ocorridas no âmbito daquele mercado.

De acordo com o cronograma definido, a liquidação das transações efetuadas no MAE serão da seguinte forma:

Setembro de 2000 a setembro de 2002	50% remanescente	31.05.2003
Outubro de 2002	50% remanescente	06.06.2003
Novembro de 2002	50% remanescente	12.06.2003
Dezembro de 2002	50% remanescente	18.06.2003
Janeiro de 2003	100%	22.06.2003
Fevereiro de 2003	100%	24.06.2003
Março de 2003	100%	26.06.2003
Abril de 2003	100%	28.06.2003
Maio de 2003 em diante		30 dias após o fechamento do mês

Os saldos referentes aos valores decorrentes das transações ocorridas nos períodos de setembro de 2000 a março de 2003 estão demonstrados a seguir:

	Ativo		**Passivo**	
	31.03.2003	**31.12.2002**	**31.03.2003**	**31.12.2002**
Saldo relativo ao período de set/2000 a set/2002	472.167	630.436	5.645	43.400
Saldo relativo ao período de out a dez/2002	-	-	7.949	18.249
Provisão relativa aos meses de jan a mar/2003	20.723	-	-	-
	492.890	**630.436**	**13.594**	**61.649**
Classificação				
Circulante	462.193	599.766	13.594	61.649
Longo prazo	30.697	30.670	-	-
	492.890	**630.436**	**13.594**	**61.649**

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas, abaixo demonstradas, foram praticadas a valores, prazos e encargos usuais de mercado.

	31.03.2003					31.12.2002
	Tractebel EGI Ltda.	Tractebel Power	Cia Energética Meridional	Itá Energética S.A.	Total	Total
Ativo						
Contas a receber	515	-	245	56.340	57.100	2.766
Passivo						
Fornecedores	-	289	21.912	12.701	34.902	24.472
Dividendos a pagar	144.380	-	-	-	144.380	-
Resultado						
Receita operacional						
Receitas serviços						
Administração	-	-	153	-	153	316
Operação e manutenção	-	-	435	1.581	2.016	7.248
Despesa operacional						
Compra energia	-	-	47.699	45.817	93.516	146.163
Financeiro						
Receita	-	-	-	155	155	143
Despesa	-	-	-	-	-	4.752

A Companhia possui contratos de longo prazo firmados com as suas controladas e controladora, os quais estão descritos nos itens g, h e i do quadro 16.01.

Itá Energética S.A. – ITASA

Em 20.02.2003, a Companhia assinou aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com vigência para o período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2004, que têm por finalidade o reajuste, em caráter extraordinário, do preço da energia contratada, para fazer face à exposição da ITASA no MAE, no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Naquela data, a Tractebel Energia celebrou Termo de Compromisso visando a antecipação do pagamento dos Reajustes Extraordinários previstos nos aditivos aos contratos mencionados acima, com taxa de desconto de 0,949% a.m. sobre o valor total do reajuste extraordinário. Em 21.02.2003, a Companhia pagou à ITASA, a título de adiantamento, o montante de R$ 65.442, dos quais R$ 10.864 foram baixados em decorrência do faturamento do reajuste extraordinário relativo aos meses de fevereiro e março/03, restando R$ 54.578 pendentes em 31.03.2003, no contas a receber da Companhia, na rubrica "Adiantamento a Fornecedores".

NOTA 20 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

A Companhia tem registrado em seus livros operações de swap de taxa de juros no mercado internacional ficando passiva à taxa fixa média de 5,272% a.a. e ativa em Libor US$ seis meses, com início de fluência em 15.10.2001 e término em 15.04.2006, com valor de principal inicial de US$ 17.567, equivalente a R$ 58.904 em 31.03.2003, amortizado semestralmente a partir de 15.04.2003. No 1º trimestre do exercício de 2003, esta operação gerou despesa de R$ 467 (R$ 301 no 1º trimestre de 2002), devidamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo (contratos iniciais) de compra e venda de energia, a Companhia busca minimizar o risco de crédito com seus clientes através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes. Este mecanismo já se mostrou eficaz quando houve necessidade de utilizá-lo, evitando prejuízos à Companhia.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos e financiamentos foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional quando disponíveis.

	31.03.2003		31.12.2002	
	Contábil	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Empréstimos e encargos em moeda estrangeira	1.063.953	1.053.631	1.101.154	943.396
Empréstimos e encargos em moeda nacional	770.227	743.339	766.637	748.999
	1.834.180	**1.796.970**	**1.867.791**	**1.692.395**

Conselho de Administração

Maurício Stolle Bähr (Presidente)
Jan Franciscus María Flachet (Vice-Presidente)
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Manoel Arlindo Zaroni Torres
Dirk Beeuwsaert
Eric Louisa Frans Kenis
Luiz Antônio Barbosa

Diretoria Executiva

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Jacques Zelie Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Roberto Dorval Quadros
Diretor de Implantação de Projetos

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Departamento de Contabilidade

Waltamir Barreiros
Contador – CRC SC 008283/O-8

No presente trimestre, a Companhia apresentou lucro de R$ 95.373, superior em 71,4% ao apresentado em igual período do ano anterior (R$ 55.652).

Dois fatores se destacam positivamente na formação deste resultado: (i) provisão no valor de R$ 20.723 relativos às transações de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, ocorridas no período de janeiro a março de 2003; e (ii) recuperação do Real frente à cesta de moedas estrangeiras que compõem a dívida da Companhia, gerando variação cambial positiva de R$ 46.967, representando um aumento de 1.122,5% em relação à registrada no mesmo trimestre do exercício anterior (R$ 3.842).

A dívida em moeda estrangeira da Companhia, no montante de R$ 1.063.953, representa 58,0% de sua dívida total, fazendo com que a flutuação cambial afete substancialmente o resultado econômico.

O comportamento da cesta de moedas estrangeiras que compõem a dívida da Companhia e a respectiva média ponderada, calculada proporcionalmente ao montante da dívida em cada uma das moedas, pertinentes aos contratos que afetam o resultado, estão demonstrados a seguir:

	Variação %	
	31.03.2003	**31.03.2002**
Moeda		
Dólar (USD)	(5,10)	0,14
Libra Esterlina (GBP)	(6,70)	(1,72)
Euro (EUR)	(0,94)	(1,82)
Média ponderada	(4,21)	(0,51)

Outros comentários e informações a respeito do desempenho do trimestre:

Suprimento e fornecimento de energia elétrica

O aumento de 33,0% verificado no 1º trimestre de 2003, em relação a igual período de 2002, refere-se, basicamente, aos reajustes tarifários vinculados aos contratos iniciais, concedidos pela ANEEL, e à provisão, no valor de R$ 20.723, correspondente às vendas de energia elétrica ocorridas no âmbito MAE.

Geração bruta de energia elétrica

a) Geração hidráulica

GERAÇÃO HIDRÁULICA BRUTA			
VALORES EM MWh			% VARIAÇÃO
USINA	1º TRIM/03	1º TRIM/02	TRIMESTRE
UHE Passo Fundo	345.748	203.271	70,09
UHE Salto Osório	1.352.527	1.166.436	15,95
UHE Salto Santiago	2.027.923	1.745.379	16,19
UHE Itá	1.755.568	680.834	157,86
UHE Machadinho	1.101.749	337.794	226,16
Total	**6.583.515**	**4.133.714**	**59,26**

A UHE Itá é explorada em consórcio com a Itá Energética S.A. - ITASA, que tem direito a 60,5% da energia assegurada da usina.

A UHE Machadinho é explorada em consórcio, sendo que a Tractebel Energia tem participação de 16,94% da energia assegurada da usina.

b) Geração térmica

GERAÇÃO TÉRMICA BRUTA			
VALORES EM MWh			% VARIAÇÃO
USINA	1º TRIM/03	1º TRIM/02	TRIMESTRE
UTE Alegrete	-	10.021	(100,00)
UTE Charqueadas	27.024	63.806	(57,65)
UTE Arjona	129.546	111.640	16,04
Complexo Jorge Lacerda	782.978	1.043.823	(24,99)
Total	**939.548**	**1.229.290**	**(23,57)**

Reversão de Provisões Operacionais

Neste trimestre foram efetuadas reversões de provisões operacionais, no montante de R$ 22.862, referentes à realização das provisões anteriormente constituídas, que no momento do pagamento são apropriadas nas devidas naturezas das despesas.

06 - Balanço Patrimonial Consolidado

06.01 - Balanço Patrimonial Consolidado Ativo (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/03/2003	31/12/2002
1	Ativo Total	6.790.919	6.778.396
1.01	Ativo Circulante	1.520.826	1.456.228
1.01.01	Disponibilidades	28.190	174.747
1.01.01.01	Numerário Disponível	10.077	164.068
1.01.01.02	Aplicações no Mercado Aberto	18.113	10.679
1.01.02	Créditos	1.167.622	977.450
1.01.02.01	Consumidores e Concessionárias	656.251	791.070
1.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	511.371	186.380
1.01.03	Estoques	16.147	8.169
1.01.04	Outros	308.867	295.862
1.01.04.01	Créditos da Cta Cons. Combustível - CCC	13.170	27.300
1.01.04.02	Alienações, Desativ., Serv.e Disp.Reemb.	16.198	18.359
1.01.04.03	Tributos e Contrib. Sociais a Recuperar	60.820	68.807
1.01.04.04	Ativo Fiscal Diferido	132.059	152.575
1.01.04.05	Adiantamento a Fornecedores	26.128	6.439
1.01.04.06	Despesas Pagas Antecipadamente	53.456	16.060
1.01.04.07	Outros	7.036	6.322
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	307.252	313.706
1.02.01	Créditos Diversos	30.697	30.670
1.02.01.01	Concessionárias	30.697	30.670
1.02.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	276.555	283.036
1.02.03.01	Tributos e Contrib.Sociais a Recuperar	14.837	14.993
1.02.03.02	Depósitos Vinculados a Litígios	24.826	24.526
1.02.03.03	Ativo Fiscal Diferido	232.843	236.059
1.02.03.04	Despesas Pagas Antecipadamente	3.312	4.417
1.02.03.05	Outros	737	3.041
1.03	Ativo Permanente	4.962.841	5.008.462
1.03.01	Investimentos	61.922	63.628
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	60.055	59.970
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.867	3.658
1.03.01.03.01	Bens e Direitos p/Uso Futuro - Terrenos	1.742	1.762
1.03.01.03.02	Outros	125	1.896
1.03.02	Imobilizado	4.831.276	4.872.512
1.03.03	Diferido	69.643	72.322

06 - Balanço Patrimonial Consolidado

06.02 - Balanço Patrimonial Consolidado Passivo (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/03/2003	31/12/2002
2	Passivo Total	6.790.919	6.778.396
2.01	Passivo Circulante	1.299.938	1.122.590
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	542.559	507.265
2.01.01.01	Principal	486.335	479.481
2.01.01.02	Encargos	56.224	27.784
2.01.02	Debêntures	31.147	16.831
2.01.02.01	Principal	2.997	0
2.01.02.02	Encargos	28.150	16.831
2.01.03	Fornecedores	113.731	181.970
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	38.187	14.287
2.01.04.01	Tributos e Contrib. Sociais Correntes	35.397	11.535
2.01.04.02	Tributos e Contrib. Sociais Parcelados	2.790	2.752
2.01.05	Dividendos a Pagar	184.360	0
2.01.06	Provisões	147.167	161.964
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	129.454	145.391
2.01.06.02	Contingências	17.713	16.573
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	242.787	240.273
2.01.08.01	Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.Hídricos	8.950	11.562
2.01.08.02	Concessionárias de Energia Elétrica	1.824	1.824
2.01.08.03	Particip.Empregados Lucros ou Resultados	1.418	2.526
2.01.08.04	Benefícios Pós-Emprego	38.338	44.326
2.01.08.05	Passivo Fiscal Diferido	161.944	170.518
2.01.08.06	Adiantamentos a Clientes	20.476	0
2.01.08.07	Outros	9.837	9.517
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.819.669	2.895.507
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.153.906	2.251.696
2.02.01.01	Principal	2.153.906	2.251.696
2.02.02	Debêntures	177.167	179.041
2.02.03	Provisões	168.302	151.606
2.02.03.01	Obrigações Estimadas	19.111	17.300
2.02.03.02	Contingências	149.191	134.306
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	320.294	313.164
2.02.05.01	Tributos e Contribuições Parcelados	8.853	9.415
2.02.05.02	Concessões a Pagar	95.163	92.922
2.02.05.03	Benefícios Pós-Emprego	214.278	208.827
2.02.05.04	Outros	2.000	2.000
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Participações Minoritárias	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	2.671.312	2.760.299
2.05.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.05.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	38.478	222.838
2.05.04.01	Legal	37.635	37.635
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	843	185.203
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.373	0

07 - Demonstração do Resultado Consolidado

07.01 - Demonstração do Resultado Consolidado (Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Valor do Trimestre Atual 01/01/2003 a 31/03/2003	Valor Acumulado do Atual Exercício 01/01/2003 a 31/03/2003	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2002 a 31/03/2002	Valor Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2002 a 31/03/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	434.825	434.825	343.471	343.471
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	338.390	338.390	276.724	276.724
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	51.835	51.835	4.325	4.325
3.01.03	Subvenção Combustível - CCC	42.685	42.685	60.408	60.408
3.01.04	Serviço Prestado	810	810	820	820
3.01.05	Venda de Cinzas	1.031	1.031	968	968
3.01.06	Outras	74	74	226	226
3.02	Deduções da Receita Bruta	(22.524)	(22.524)	(14.375)	(14.375)
3.02.01	Impostos e Contribuições	(21.693)	(21.693)	(13.571)	(13.571)
3.02.02	Repasse - CCC - Vendas de Cinzas	(831)	(831)	(804)	(804)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	412.301	412.301	329.096	329.096
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(208.293)	(208.293)	(173.425)	(173.425)
3.04.01	Pessoal	(12.440)	(12.440)	(10.630)	(10.630)
3.04.02	Material	(2.154)	(2.154)	(1.518)	(1.518)
3.04.03	Serviço de Terceiro	(6.367)	(6.367)	(4.905)	(4.905)
3.04.04	Combustível p/Prod.Ener.Elétrica-CCC	(42.685)	(42.685)	(60.408)	(60.408)
3.04.05	Combustível p/Prod.Ener.Elétrica	(28.582)	(28.582)	(10.769)	(10.769)
3.04.06	Compens.Financ.p/Utiliz.Rec. Hídricos	(14.785)	(14.785)	(7.450)	(7.450)
3.04.07	Depreciação / Amortização	(49.684)	(49.684)	(41.549)	(41.549)
3.04.08	Energia Elétrica Comprada p/Revenda	(47.797)	(47.797)	(27.898)	(27.898)
3.04.09	Energia Elétrica - Exposição no MAE	(8.105)	(8.105)	0	0
3.04.10	Uso de Bem Público - UBP	(4.392)	(4.392)	(3.521)	(3.521)
3.04.11	Constituição de Provisões Operacionais	(2.385)	(2.385)	(2.578)	(2.578)
3.04.12	Reversão de Provisões Operacionais	16.687	16.687	34	34
3.04.13	Outras	(5.604)	(5.604)	(2.233)	(2.233)
3.05	Resultado Bruto	204.008	204.008	155.671	155.671
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(55.623)	(55.623)	(71.906)	(71.906)
3.06.01	Com Vendas	(15.047)	(15.047)	(5.125)	(5.125)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(24.513)	(24.513)	(23.639)	(23.639)
3.06.02.01	Pessoal	(5.782)	(5.782)	(4.698)	(4.698)
3.06.02.02	Serviço de Terceiro	(3.130)	(3.130)	(3.902)	(3.902)
3.06.02.03	Depreciação / Amortização	(2.181)	(2.181)	(3.418)	(3.418)
3.06.02.04	Constituição de Provisões Operacionais	(6.885)	(6.885)	(9.800)	(9.800)
3.06.02.05	Reversão de Provisões Operacionais	6.175	6.175	7.242	7.242
3.06.02.06	Taxa de Fiscalização	(1.607)	(1.607)	(1.385)	(1.385)
3.06.02.07	Previdência Privada - SB-40	(4.979)	(4.979)	(5.796)	(5.796)
3.06.02.08	Amortização de Ágio na Partic.Empresas	(1.686)	(1.686)	(572)	(572)
3.06.02.09	Outras	(4.438)	(4.438)	(1.310)	(1.310)
3.06.03	Financeiras	(16.063)	(16.063)	(43.142)	(43.142)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	27.266	27.266	1.364	1.364
3.06.03.01.01	Rendas de Aplicações Financeiras	24.420	24.420	866	866
3.06.03.01.02	Variação Monetária	381	381	329	329

3.06.03.01.03	Outras	2.465	2.465	169	169
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(43.329)	(43.329)	(44.506)	(44.506)
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	(66.081)	(66.081)	(29.322)	(29.322)
3.06.03.02.02	Encargos de Debêntures	(6.564)	(6.564)	(2.532)	(2.532)
3.06.03.02.03	Encargos s/Tributos e Contrib.Sociais	(416)	(416)	(5.079)	(5.079)
3.06.03.02.04	Encargos s/Provisões Operacionais	(3.037)	(3.037)	(2.611)	(2.611)
3.06.03.02.05	Encargos s/Obrig.Contratadas-Fund.PREVIG	(1.802)	(1.802)	(1.703)	(1.703)
3.06.03.02.06	Encargos s/Concessão ANEEL	(2.241)	(2.241)	0	0
3.06.03.02.07	Variação Monetária s/Empr.Financiamentos	63.495	63.495	1.399	1.399
3.06.03.02.08	Variação Monetária - Debêntures	(5.877)	(5.877)	(446)	(446)
3.06.03.02.09	Var.Monet.s/Provisões Operacionais	(7.020)	(7.020)	(695)	(695)
3.06.03.02.10	Var.Monet.s/Obrig.Contr.-Fund.PREVIG	(6.715)	(6.715)	(2.036)	(2.036)
3.06.03.02.11	Variação Monetária - Outras	(47)	(47)	596	596
3.06.03.02.12	Outras	(7.024)	(7.024)	(2.077)	(2.077)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	148.385	148.385	83.765	83.765
3.08	Resultado Não Operacional	(3.083)	(3.083)	(10)	(10)
3.08.01	Receitas	22	22	44	44
3.08.02	Despesas	(3.105)	(3.105)	(54)	(54)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	145.302	145.302	83.755	83.755
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(34.773)	(34.773)	(27.782)	(27.782)
3.10.01	Contribuição Social	(9.126)	(9.126)	(5.737)	(5.737)
3.10.02	Imposto de Renda	(25.647)	(25.647)	(22.045)	(22.045)
3.11	IR Diferido	(15.156)	(15.156)	(321)	(321)
3.11.01	Contribuição Social	(3.979)	(3.979)	(1.972)	(1.972)
3.11.02	Imposto de Renda	(11.177)	(11.177)	1.651	1.651
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Participações Minoritárias	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	95.373	95.373	55.652	55.652

07.02 - Lucro ou Prejuízo por Ação

	Trimestre Atual 01/01/2003 a 31/03/2003	Acumul. Atual Exercício 01/01/2003 a 31/03/2003	Igual Trim. Exerc. Anterior 01/01/2002 a 31/03/2002	Acumul. Exerc. Anterior 01/01/2003 a 31/03/2002
Nº Ações, Ex. Tesouraria (Milhares)	652.742.193	652.742.193	652.742.193	652.742.193
Lucro por Ação (Reais)	0,00015	0,00015	0,00009	0,00009
Prejuízo por Ação (Reais)	0,00000	0,00000	0,00000	0,00000

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as variações patrimoniais da Controladora e de suas controladas CEM e ITASA, porquanto as controladas Delta Participações, Tractebel Energia Comercializadora e Lages Bioenergética não desenvolveram atividades operacionais no presente trimestre.

Desta forma, adicionalmente aos comentários sobre o desempenho da Controladora, apresentados no quadro 05.01, o desempenho das referidas controladas está sintetizado a seguir.

Neste trimestre, a ITASA reconheceu, em suas demonstrações financeiras, o valor de R$ 102.805 referente a 50% de sua exposição no MAE, decorrente do despacho ANEEL nº 288/2002. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de compra e venda de energia elétrica em vigor, os acionistas da ITASA firmaram aditivos a esses contratos, concedendo reajuste extraordinário de preço da energia contratada, pelo período de 12 meses, contados a partir de fevereiro de 2003. Tendo em vista que a despesa decorrente da exposição no MAE, acima citada, será recuperada através da venda futura de energia elétrica aos seus acionistas, a ITASA registrou o seu valor no ativo circulante, na rubrica "despesas antecipadas", para amortização no resultado concomitantemente com a realização das receitas. O valor amortizado no 1º trimestre, em consonância com o procedimento acima descrito, é de R$ 16.625, remanescendo um saldo de R$ 86.180 para os próximos 10 meses. Do valor amortizado no trimestre, R$ 10.864 referem-se a energia elétrica vendida, pela ITASA, à Companhia. Relativamente às demais operações, a ITASA não apresentou variações significativas que pudessem influenciar no desempenho consolidado do trimestre, já que suas operações resultaram em prejuízo que, observada a proporção de 48,75% utilizada na consolidação, impactaram o resultado consolidado em R$ 197.

A CEM, por sua vez, apresentou lucro de R$ 25.333 no trimestre. Na composição deste resultado inclui-se o faturamento de energia elétrica no valor de R$ 48.759, dos quais R$ 47.699 referem-se à energia vendida à Tractebel Energia e, portanto, não afetam o resultado consolidado, porquanto a proporção de participação utilizada na consolidação é de 100,0%. Destacam-se, na formação do lucro apresentado, os efeitos da valorização do real frente ao dólar norte americano de 5,1%, no trimestre, gerando variação cambial positiva de R$ 19.415.

09 - Participações em Controladas/Coligadas

09.01 - Participações em Sociedades Controladas e/ou Coligadas

Item:	01
Razão Social da Controlada/Coligada:	COMPANHIA ENERGÉTICA MERIDIONAL
CNPJ:	02.201.268/0001-17
Classificação:	Aberta controlada
% Participação no Capital da Investida:	99,99
% Patrimônio Líquido da Investidora:	7,92
Tipo de Empresa:	Industrial, comercial e outras
Nº de Ações Detidas no Trimestre Atual (Mil):	225.171
Nº de Ações Detidas no Trimestre Anterior (Mil):	212.010
Data Início do Exercício Social em Curso:	01/01/2003
Data Final do Exercício Social em Curso:	31/12/2003
Número do Trimestre Atual:	1
Data Início do Trimestre Atual:	01/01/2003
Data Final do Trimestre Atual:	31/03/2003
Número de Ações, Ex.Tesouraria, no Trimestre Atual (Mil):	225.171
Número de Ações, Ex.Tesouraria, em Igual Trimestre do Exercício Anterior (Mil):	212.010

Item:	02
Razão Social da Controlada/Coligada:	ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA
CNPJ:	01.355.994/0001-21
Classificação:	Aberta controlada
% Participação no Capital da Investida:	48,75
% Patrimônio Líquido da Investidora:	7,50
Tipo de Empresa:	Industrial, comercial e outras
Nº de Ações Detidas no Trimestre Atual (Mil):	253.607
Nº de Ações Detidas no Trimestre Anterior (Mil):	253.607
Data Início do Exercício Social em Curso:	01/01/2003
Data Final do Exercício Social em Curso:	31/12/2003
Número do Trimestre Atual:	1
Data Início do Trimestre Atual:	01/01/2003
Data Final do Trimestre Atual:	31/03/2003
Número de Ações, Ex.Tesouraria, no Trimestre Atual (Mil):	253.607
Número de Ações, Ex.Tesouraria, em Igual Trimestre do Exercício Anterior (Mil):	253.607

10 - Debêntures

10.01 - Características da Emissão Pública ou Particular de Debêntures

11 - Pedidos/Contratos Firmados

11.01 - Pedidos/Contratos Firmados (Reais Mil)

14 - Fase Pré-Operacional

14.01 - Fase Pré-Operacional

Item	Descrição	Previsto	Realizado
1	% Obras	0,0000000000	0,0000000000
2	Valor dos Recursos Aplicados (Reais Mil)	0	0
3	% Total de Valores Aplicados	0,0000000000	0,0000000000
4	% Valor Aplicados com Recursos Próprios	0,0000000000	0,0000000000
5	% Valor Aplicados com Recursos de Terceiros	0,0000000000	0,0000000000

Usina Termelétrica Jacuí

As principais características são as seguintes:

- Localização: Charqueadas, 50 km de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul
- Potência nominal instalada: 357 MW
- Combustível: carvão mineral pulverizado
- Estágio: Obra com conclusão parcial de 40%
  Equipamentos principais estocados no canteiro
  Licença ambiental de instalação (LI) emitida
- Operação comercial: 26 meses a partir da retomada do projeto

Estratégia de Seguros

A Companhia possui seguros estratégicos, do tipo "all risks", para cobertura de danos à propriedade e de perdas por interrupção de negócio, como também seguro para cobertura de perdas por responsabilidade civil.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros operacionais para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

A controlada CEM possui seguro para cobertura de todos os riscos envolvidos no projeto Cana Brava, com vigência até 15.01.2003 para os riscos de engenharia e 2 anos após a entrada em operação da 3ª unidade, prevista na apólice para 15.01.2005, para os danos de propriedade e interrupção de negócio.

Compromissos de Longo Prazo

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

Em conformidade com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, estabelecendo que o acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica sejam contratados separadamente da compra e venda de energia propriamente dita, a Companhia, em 20 de agosto de 1998, assinou o Contrato de Conexão com a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, com vigência a partir de 1º de setembro de 1998.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

A Companhia firmou contrato de uso do sistema de transmissão, de acordo com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, com a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, garantindo o uso da Rede Básica para entrega da energia contratada.
O contrato têm vigência a partir de 1º de setembro de 1998 e os encargos decorrentes serão integralmente atribuídos às concessionárias de distribuição, conforme Resolução ANEEL nº 248, de 07 de agosto de 1998, não representando, portanto, ônus para a Companhia.

c) Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica

A Companhia celebrou, com base na Lei 9.648/98, artigo 10 e nas normas do GCOI, os Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia, os quais serão reduzidos em 25% ao ano, a partir de 2003, até a completa extinção em 31.12.2005.

d) Contratos de Venda de Energia Elétrica

A energia não comprometida com os Contratos Iniciais, inclusive a que será liberada dos contratos iniciais a partir de 2003, vem sendo contratada com empresas distribuidoras e consumidores livres. Desta forma, a Companhia possui, entre outros, os seguintes contratos para venda de energia elétrica:

- Rio Grande Energia S.A. – RGE: Vigência 01.01.2003 a 31.12.2014 – A Companhia fornecerá a energia necessária para atender a sua carga, descontados os contratos de suprimentos já assinados pela RGE;
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC: Vigência 01.01.2003 a 31.12.2008 Total de 27.372.984 MWh;
- Companhia Paulista de Força e Luz: Vigência 01.01.2003 a 31.12.2010; e Companhia Piratininga de Força e Luz: Vigência 23.10.2003 a 31.12.2010 – Montante global de 17.315.179 MWh.

Ainda em relação à energia retro mencionada, a Companhia realizou leilão na Bovespa, em 19 de agosto de 2002, tendo vendido o montante abaixo discriminado, que foi objeto de contratos entre as partes:

- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC: Vigências 01.01.2003 a 31.12.2003 – Total de 25 MWh; e 01.01.2003 a 31.12.2007 – Total de 75 MWh;
- Companhia Paulista de Força e Luz: Vigências 01.01.2003 a 31.12.2005 – Total de 276 MWh; e 01.01.2003 a 31.12.2007 – Total de 20MWh;
- Light Serviços de Eletricidade S.A.: Vigências 01.01.2003 a 31.12.2005 – Total de 24 MWh; e 01.01.2003 a 31.12.2007 – Total de 190 MWh.
- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC: Vigências 01.01.2003 a 31.12.2003 – Total de 25 MWh; e 01.01.2003 a 31.12.2007 – Total de 75 MWh;
- Companhia Paulista de Força e Luz: Vigências 01.01.2003 a 31.12.2005 – Total de 276 MWh; e 01.01.2003 a 31.12.2007 – Total de 20MWh;
- Light Serviços de Eletricidade S.A.: Vigências 01.01.2003 a 31.12.2005 – Total de 24 MWh; e 01.01.2003 a 31.12.2007 – Total de 190 MWh.

e) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL.

f) Compra de gás natural

Em 10 de novembro de 2000, a Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de 5 anos a partir de junho de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS.

g) Contratos de Prestação de Serviços de Administração Operacional e de Operação e Manutenção de Usinas com Controladas

- **Companhia Energética Meridional – CEM**

Contrato firmado em 09.04.1999, aditado em 15.04.1999 e 09.11.2002, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, celebrado em 05.01.2001, aditado em 09.03.2001 e 01.06.2002, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

- **Itá Energética S.A. - ITASA**

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica Ita, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio ITÁ, em 11.09.1998, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

h) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com Controladas

- **Companhia Energética Meridional – CEM**

Contrato firmado em 05.01.2001, aditado em 06.03.2001 e 09.08.2002, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, nos montantes anuais de 1.125.616 MWh, 2.189.036 MWh e 2.395.903 MWh, a partir dos meses de outubro de 2002, novembro de 2002 e dezembro de 2002, respectivamente. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

- **Itá Energética S.A. - ITASA**

Contrato celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do dólar mais inflação norte americana.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

16.01 - Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes

i) Contrato Controladora Indireta

Em 02.05.2002, a Companhia celebrou contrato com a Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em AGE realizada em 29.04.2002, tendo o acionista controlador renunciado ao direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim. Não houve pagamentos neste trimestre, sob o amparo do referido contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADOS

NOTA 1 – Consumidores e Concessionárias

	Consolidado				
	31.03.2003				31.12.2002
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Consumidores livres	17.228	1.163	-	18.391	7.616
Concessionárias	136.438	-	18.858	155.296	159.162
Comercializadoras	5.266	-	-	5.266	4.099
Transações no âmbito do MAE	460.513	16.785	-	477.298	620.193
	619.445	**17.948**	**18.858**	**656.251**	**791.070**
Longo prazo					
Transações no âmbito do MAE	30.697	-	-	30.697	30.670
	650.142	**17.948**	**18.858**	**686.948**	**821.740**

NOTA 2 – Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	31.03.2003	31.12.2002
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	13.679	6.394
Notas do Tesouro Nacional - NTN	28.140	6.529
Notas do Banco Central - NBC	8.514	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	461.038	173.457
	511.371	**186.380**

No saldo consolidado, os Certificados de Depósitos Bancários estão sendo remunerados em 99,55%, em média, da taxa CDI.

NOTA 3 – Conciliação dos Tributos, no Resultado

	Consolidado			
	31.03.2003		31.03.2002	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	145.302	145.302	83.755	83.755
Contribuição Social – 9%	(13.077)	-	(7.538)	-
Imposto de Renda – 25%	-	(36.325)	-	(20.939)
Contribuição social e imposto de renda sobre:				
Despesas indedutíveis				
Gratificação e 13º salário dos dirigentes	-	(13)	-	(104)
Amortização de ágio	-	(422)	-	(143)
Outras despesas indedutíveis	(10)	(27)	(15)	(39)
Resultados não tributáveis				
Remuneração das Imobilizações em Curso-RIC	-		-	822
Adicional de 10% do IRPJ sobre lucro até R$ 20.000,00 mensais	-	12	-	9
Ajuste de alíquota da CSLL diferida		-	(156)	-
Contribuição social e imposto de renda sobre prejuízo da ITASA não reconhecido no diferido	(18)	(49)	-	-
	(13.105)	**(36.824)**	**(7.709)**	**(20.394)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(9.126)	(25.647)	(5.737)	(22.045)
Diferido	(3.979)	(11.177)	(1.972)	1.651
	(13.105)	**(36.824)**	**(7.709)**	**(20.394)**

NOTA 4 – Ativo Imobilizado

Composição

	Consolidado		
	31.03.2003		31.12.2002
	Taxas médias de reintegração	Custo corrigido	Custo corrigido
Imobilizações em Serviço			
Intangível			
Direito de Exploração		88.664	88.664
(-) Amortização Acumulada	3,2	(1.969)	(1.257)
		86.695	**87.407**
Tangível			
Geração Hidráulica			
UHE Salto Santiago	2,5	638.030	638.274
UHE Salto Osório	2,8	288.555	288.623
UHE Passo Fundo	2,5	122.760	122.812
UHE Itá (participação em consórcio)	2,3	1.775.325	1.775.314
UHE Cana Brava	2,4	840.650	847.722
UHE Machadinho	2,4	164.706	163.594
		3.830.026	3.836.339
(-) Depreciação Acumulada		(846.220)	(823.672)
		2.983.806	**3.012.667**
Geração Térmica			
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.434.800	2.433.552
UTE Charqueadas	4,5	54.154	54.011
UTE Alegrete	4,6	7.851	7.735
UTE William Arjona	4,8	167.729	167.594
		2.664.534	2.662.892
(-) Depreciação Acumulada		(1.008.085)	(983.429)
		1.656.449	**1.679.463**
Sistema de Comunicação	6,1	1.624	1.624
(-) Depreciação Acumulada		(831)	(807)
		793	**817**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	24.396	22.170
(-) Depreciação Acumulada		(12.073)	(11.132)
		12.323	**11.038**
		4.740.066	**4.791.392**

Composição do Ativo Imobilizado (continuação)

	Consolidado	
	31.03.2003	31.12.2002
	Custo corrigido	Custo corrigido
Total das Imobilizações em Serviço	**4.740.066**	**4.791.392**
Imobilizações em Curso		
Geração Hidráulica		
UHE Machadinho	10.878	11.709
UHE Salto Santiago (obra de adição)	626	3.321
UHE Itá (custos retardatários)	8.378	8.070
UHE Cana Brava	5.072	2.911
Outros	1.111	1.143
	26.065	**27.154**
Geração Térmica		
UTE Jacuí	81.637	80.823
UTE Jorge Lacerda (obra de adição)	11.982	12.159
UTE William Arjona (custos retardatários)	5.508	5.541
UTE Charqueadas (obra de adição)	1.065	1.025
UTE Lages	16.851	4.379
Outros	4.116	5.729
	121.159	**109.656**
Outros	**675**	**999**
	147.899	**137.809**
Imobilizações líquidas	**4.887.965**	**4.929.201**
Obrigações Especiais	**(56.689)**	**(56.689)**
	4.831.276	**4.872.512**

NOTA 5 - Empréstimos e Financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

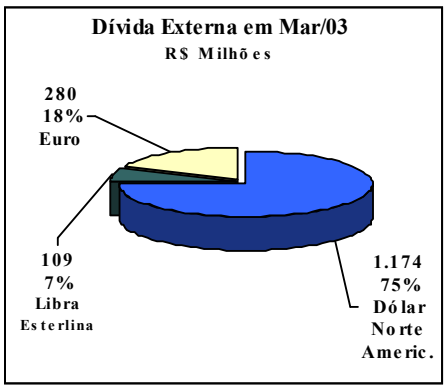
a) Composição:

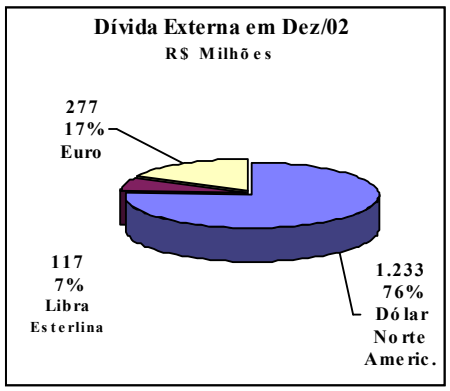
	Consolidado					
	31.03.2003			31.12.2002		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	85.709	737.372	823.081	78.850	774.396	853.246
Instituições financeiras	71.369	668.642	740.011	62.156	711.918	774.074
	157.078	**1.406.014**	**1.563.092**	**141.006**	**1.486.314**	**1.627.320**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	55.785	359.848	415.633	54.413	374.319	428.732
Instituições financeiras	329.696	388.044	717.740	311.026	391.063	702.089
Fornecedores	-	-	-	820	-	820
	385.481	**747.892**	**1.133.373**	**366.259**	**765.382**	**1.131.641**
	542.559	**2.153.906**	**2.696.465**	**507.265**	**2.251.696**	**2.758.961**

b) Mutação no trimestre

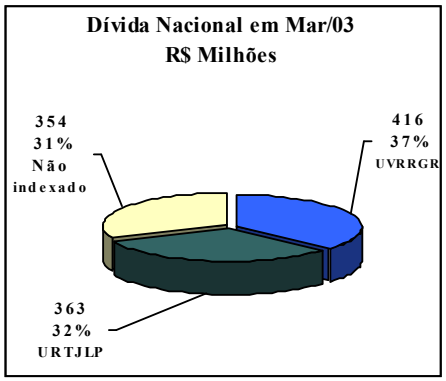
	Consolidado	
	Circulante	Longo Prazo
Saldo em 31.12.2002	**507.265**	**2.251.696**
Pagamentos	(57.978)	-
Transferências	36.728	(36.728)
Encargos gerados no trimestre	63.622	2.459
Variações monetárias geradas no trimestre	(7.078)	(63.521)
Saldo em 31.03.2003	**542.559**	**2.153.906**

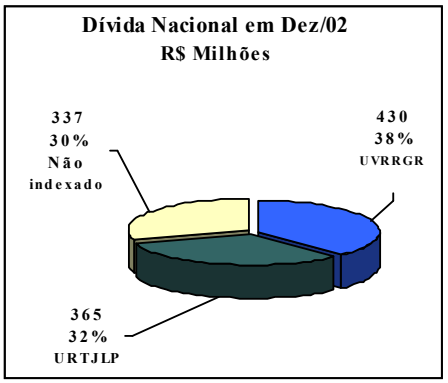
c) O total devido nas respectivas moedas estrangeiras desdobra-se da seguinte forma:





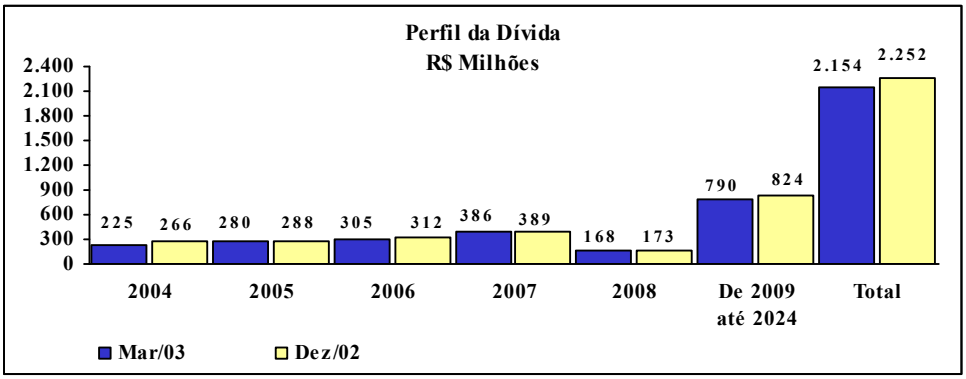
d) O total devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:





IVRRGR - Índice de Variação Recursos da RGR
URTJLP - Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo

e) Os empréstimos, financiamentos e encargos a longo prazo têm seus vencimentos assim programados:



f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas:

Mercado interno

Taxas fixas: 6,00% a 12,00% a.a. (2002, 6,00% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes: 15,00% a 27,32%a.a. (2002, 14,00% a 26,00% a.a.)

Mercado externo

Taxas fixas: 3,00% a 8,49% a.a. (2002, 3,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes: 1,77% a 9,99% a.a. (2002, 2,22% a 9,99% a.a.)

NOTA 6 - Debêntures

a) Companhia Energética Meridional – CEM

Em 19 de maio de 1999, a controlada assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures, tendo sido subscritas e integralizadas, no período de maio a dezembro de 1999, o montante de 7.773 debêntures, no valor total, atualizado até 31.03.2003, de R$ 98.264 (R$ 97.141 até 31.12.2002).

As debêntures são remuneradas com base na TJLP mais 4% a.a., com pagamento dos juros semestralmente, no período de 01.10.1999 até 01.04.2013.

O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

A amortização do valor nominal das debêntures terá início em 01.10.2003 com vencimento final em 01.04.2013, e ocorrerá semestralmente com base em programação de amortização crescente que varia de 3,0625%, na primeira amortização, a 7,5737% na última parcela, com vencimento em 01.04.2013.

b) Itá Energética S.A. – ITASA

Em 7 de março de 2001, a controlada em conjunto emitiu duas séries de 8.400 debêntures não conversíveis cada uma, para colocação pública, no valor total de R$ 168.000, integralizados em 23 de março de 2001.

As debêntures estão sendo remuneradas com base no IGP-M mais 11,20% a.a., com pagamento dos juros anualmente, sendo os da 1ª série a partir de 1º de dezembro de 2001 até 1° de dezembro de 2013 e os da 2º série a partir de 1° de junho de 2002 até 1° de junho de 2013.

A remuneração passará a ser calculada pelo IGP-M mais juros de 9,4% a.a., a partir de 2 de dezembro de 2003 para a 1ª série e a partir de 2 de junho de 2004 para a 2ª série.

A amortização do valor nominal das debêntures será efetuada em parcelas anuais, sendo que a da 1ª série terá início em 1° de dezembro de 2004 com vencimento final em 1° de dezembro de 2013 e da 2ª série a partir de 1° de junho de 2004 com vencimento final em 1° de junho de 2013.

NOTA 7 - Concessões a Pagar

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M:

Ano	Início de pagamento	Valor anual	Valor total
1º	-	1	1
2º ao 6º	-	-	-
7º ao 25º	30.08.2004	680	12.920
26º ao 35º	30.08.2023	61.280	612.800
			625.721

O fluxo de pagamento acima está previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Concessão. Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível e no passivo exigível a longo prazo, que corresponde a R$ 95.163, em 31.03.2003 (R$ 92.922, em 31.12.2002).

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97 para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

17.01 - Relatório da revisão especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais - ITR da Tractebel Energia S.A. e controladas (controladora e consolidado) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2003, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações do resultado e os relatórios de desempenho.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da sociedade e de suas controladas, quanto aos critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e nas operações da sociedade e de suas controladas.

3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à divulgação das informações trimestrais obrigatórias.

4. Conforme descrito nas notas explicativas n^{os}. 4, 11 e 18 às demonstrações financeiras, em 31 de março de 2003, a Companhia tem registrado, no ativo circulante e realizável a longo prazo, valores a receber nos montantes de R$462.193 mil e R$30.697 mil, respectivamente, e no passivo circulante, valores a pagar no montante de R$13.594 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisões de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor, e dos resultados dos trabalhos de auditoria das transações realizadas no âmbito do MAE e, em última instância, dependem da capacidade financeira das empresas do setor em honrar seus compromissos.

5. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada Medida Provisória nº. 14, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre outros assuntos, a recomposição, em virtude do racionamento, do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa nº. 18 às demonstrações financeiras.

6. Conforme descrito na nota explicativa nº. 9 às demonstrações financeiras, a Companhia, baseada em projeções de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, elaboradas internamente, avaliou que alguns ativos não serão recuperados pelas suas operações futuras. A Administração da Companhia entende que esses ativos, em conjunto com os demais ativos operacionais, produzirão fluxo de caixa futuro positivo.

7. Anteriormente, examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) levantados em 31 de dezembro de 2002, e emitimos parecer, datado de 20 de janeiro de 2003, com ênfases sobre os assuntos mencionados nos parágrafos 4, 5 e 6 acima. A demonstrações dos resultados (controladora e consolidado) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2002 foram revisadas por nós, sobre as quais emitimos relatório de revisão especial, datado de 10 de maio de 2002, com ressalva quanto ao não reconhecimento no primeiro trimestre de 2002 dos valores informados pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE relativos às transações de venda e compra de energia realizadas no âmbito do MAE, e ênfases sobre (1) o assunto mencionado no parágrafo 6 e (2) a incerteza quanto aos valores contabilizados das transações de venda e compra de energia realizadas no MAE até 31 de dezembro de 2001.

Florianópolis, 13 de maio de 2003

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011609-S/SC

Celso de Almeida Moraes
Contador
CRC-SP 124669-S/SC

A via original deste relatório foi entregue à sociedade, acompanhada das folhas das ITR, revisadas por nós, e rubricadas tão-somente para fins de identificação.

18 - Dados da Controlada/Coligada

COMPANHIA ENERGÉTICA MERIDIONAL

ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA